

# RELATÓRIO 1975

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPEA)  
PRESIDÊNCIA

Senhor Presidente do Conselho de Administração:

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência o Relatório de Atividades do IPEA, no ano de 1975.

O IPEA, no decorrer de 1975, procurou desenvolver com a eficiência igual a dos anos anteriores as atividades estabelecidas em seu programa de trabalho, evidenciando-as, entretanto, com a criação do Instituto de Programação e Orçamento - INOR.

O INOR foi criado com objetivo de programar, dirigir, orientar e coordenar as atividades orçamentárias do IPEA, bem como auxiliar a Secretaria de Planejamento da Presidência da República na articulação entre a programação do Governo e os orçamentos anuais e plurianuais.

Dentro de sua área de atuação, o IPEA ocupa um lugar de destaque entre os demais órgãos que têm por objetivo auxi

A Sua Excelência o Senhor  
Doutor JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO  
DD. Presidente do Conselho de Administração do  
Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA



llar a Secretaria de Planejamento da Presidência da República na execução de programas globais de planejamento e pesquisa aplicados nas áreas econômica e social.

Essencialmente, sua programação se resume em execução e acompanhamento dos programas atinentes ao desenvolvimento econômico por que passa o país, o que para tanto foram tomadas medidas ao longo das mudanças que se processaram, bem como levantamentos relacionados com problemas gerais e específicos.

Dentro da filosofia de que o planejamento é uma atividade contínua e permanente, prenuncia-se o ano de 1976, com importantes tarefas a desempenhar.

A seguir, apresento a Vossa Excelência as realizações de maior destaque do ano de 1975, através dos relatórios setoriais das unidades administrativas do IPEA.

Brasília, 31 de março de 1976.

  
ELCIO COSTA COUTO  
Presidente

INPES

INSTITUTO DE PESQUISAS

O ano de 1975 constituiu um período de mudanças significativas na orientação dos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisas. Paralelamente à elaboração de projetos e pesquisa de mais longo prazo, desenvolveu-se um esforço importante no sentido de tornar os resultados dos estudos mais imediatamente acessíveis aos responsáveis pela formulação de política econômica no País. Essa orientação teve como objetivo contribuir para a integração das atividades de pesquisas e de planejamento econômico no âmbito da SEPLAN tendo em vista um melhor aproveitamento dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos neste Instituto.

O produto dessa nova atividade, que teve início no segundo semestre de 1974, está representado por um conjunto de vinte e seis documentos versando sobre temas da atualidade sócio-econômica do país. Tais documentos, intitulados "Documentos de Política Econômica" têm caráter reservado, e se propõem a expor os pontos de vista de técnicos do INPES com relação a problemas de política econômica que são debatidos no âmbito do CDE.

A elaboração desses documentos tem obedecido a uma programação semestral, onde a escolha dos temas é feita mediante discussão que procura compatibilizar a demanda do CDE e da SEPLAN com a capacidade do Instituto para atender a essas solicitações.

A introdução de uma nova atividade refletiu-se, naturalmente, no número de projetos de pesquisa efetivamente concluídos no ano passado. No programa de trabalho elaborado no início do ano previa-se a execução de nove projetos, dos quais quatro haviam sido iniciados em 1974. No final de 1975, dois projetos estavam concluídos. O primeiro, sobre Empresas Multinacionais na Indústria Brasileira, já foi publicado, constituindo o 29º volume da Coleção

Relatórios de Pesquisas do INPES. O segundo, sobre o FGTS, deverá ser publicado brevemente. Em fase de conclusão, e com término previsto para os próximos três meses encontram-se os seguintes projetos:

- . A Dívida Pública no Brasil.
- . Política Fiscal e transferência de Impostos no Brasil.
- . Industrialização e Política Econômica Externa no Brasil: A Experiência Passada e a Nova Etapa do Processo de Substituição de Importações.
- . Previdência Rural.

#### ÁREA DE PUBLICAÇÃO

Foram concluídos durante o ano de 1975 cinco volumes reunindo coletâneas de artigos de autores nacionais e estrangeiros sobre temas associados ao programa de pesquisas do INPES. Tais coletâneas são regularmente publicadas na Série Monográfica deste Instituto, sendo a seguinte a lista dos volumes concluídos em 1975:

- . Desequilíbrios Regionais e Descentralização Industrial.
- . Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola
- . O Imposto sobre a Renda das Empresas
- . Estudos de Demografia Urbana
- . Política de Desenvolvimento Urbano: Aspectos Metropolitanos e Locais.

A revista Pesquisa e Planejamento Econômico, no seu 5º ano de existência, continuou sendo publicada regularmente (dois números por ano) e com uma aceitação cada vez maior no meio profissional. O crescente prestígio da revista é atestado pelo interesse cada vez maior de profissionais brasileiros e estrangeiros em

submeter artigos para publicação. Por outro lado, a maior oferta de textos para a publicação já tornou possível reduzir o tempo de prestação da revista que a partir de 1976 passa a contar com três números regulares por ano, além da eventual edição de números especiais. Foi ainda instituído o sistema de assinaturas para fazer face à expansão da revista valendo a pena notar que o número de assinantes já se encontra em torno de 217.

#### PUBLICAÇÃO DE TESES

No que se refere à publicação de teses optou-se pela sua inclusão na Série Monográfica do IPEA, ao invés da organização de uma nova série específica para tal fim. As teses selecionadas para publicação no ano passado foram as seguintes:

- . Estrutura Metropolitana de sistema de Transportes: Estudo do Caso do Rio de Janeiro, de autoria de Josef Barat (tese de livre-docência)
- . Urbanização e Migração Urbana no Brasil, de autoria de Manoel Augusto Costa (tese de doutorado).



I P L A N

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO

O INSTITUTO DE PLANEJAMENTO - IPLAN, integrante da estrutura organizacional do IPEA, tem a atribuição básica de assessorar a Secretaria de Planejamento da Presidência da República na elaboração dos Planos Nacionais de Desenvolvimentos e dos Programas Gerais de Despesas, na realização de estudos de natureza intersetorial e na coordenação e acompanhamento dos programas e projetos prioritários.

Foram as seguintes as atividades do IPLAN no decorrer do exercício de 1975:

PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PLANOS E PROGRAMAS

PGD: elaboração do Programa Geral de Despesas para o período de 1975-1977.

Sistema Nacional de Planejamento Agrícola: articulação com os Ministérios da Agricultura e do Interior e com a FAO, para a implantação do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola, envolvendo 20 unidades estaduais, 5 unidades regionais e uma unidade central.

Orçamento da União para 1976: análise e avaliação, junto com o Instituto de Programação e Orçamento - INOR, das propostas orçamentárias parciais dos ministérios, para o exercício de 1976, tendo como referência as metas setoriais estabelecidas no II PND.

Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE: institucionalização da sistemática de implementação do Programa, com a conclusão das suas fases I (definição de objetivos e políticas) e II (diagnóstico e potencialidades); análise do projeto de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - RURALNORTE e do Projeto de Realocação de Agricultura da Barragem de Sobradinho, entre outros.

Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA: criação do Grupo Especial de Coordenação e Acompanhamento; seleção inicial de 250 projetos, indicando-se os órgãos executores e consolidando-se os dispêndios programados, por fontes de recursos, com o respectivo esquema de liberação; elaboração de minuta de Exposição de Motivos da Programação de 1975; elaboração de relatórios de acompanhamento.

Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO: criação do Grupo Especial de Coordenação e Acompanhamento e das comissões estaduais nos Estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais; estabelecimento de sistemática de crédito específico pelo Banco Central.

Programa Especial da Região da Grande Dourados: realização de estudos, em articulação com a SUDECO e elaboração de subsídios para um programa de desenvolvimento da região, submetidos a apreciação do CDE.

Programa Nacional de Defensivos Agrícolas: elaboração de documento básico para o programa, em articulação com a FINEP.

Programas de Desenvolvimento Regional em Minas Gerais: articulação com órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais, com vistas à elaboração de programas de desenvolvimento regional para a Zona da Mata e para o Vale do Jequitinhonha; entendimentos com o Banco Mundial, com o objetivo de assegurar o financiamento dos programas.



Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste: acompanhamento da implantação do Programa, cujos projetos e cartas-consultas em análise pela BNB já ultrapassam, quanto ao valor dos investimentos, os recursos previstos (Cr\$. 800 milhões).

Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Paraná: realização de estudos, em convênio com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, com o objetivo de identificar oportunidades de investimento na área.

Zoneamento Agrícola do Nordeste: acompanhamento dos trabalhos da empresa consultora SEITEC, contratada pelo IPEA, SUDENE e Ministério da Agricultura, para a realização do zoneamento agrícola do Nordeste.

Complexo Mfnero-Metalúrgico da Amazônia Oriental: participação na elaboração da Exposição de Motivos sobre o Complexo.

Programa Especial do Oeste do Paraná: participação na implantação do Programa (de cuja formulação o IPLAN participou).

Programa a Fundo Perdido do Plano Nacional de Saneamento - PLANASA: elaboração das bases programáticas para a nova sistemática de aplicação de recursos federais, a fundo perdido, em Programas de Saneamento Básico de Estados com limitada capacidade financeira.

Critério de Incentivos Fiscais do Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI: participação na elaboração dos Critérios de Gradação da Concessão de Incentivos Fiscais pelo CDI.

Recursos para Irrigação: participação, com base em avaliação do programa de Irrigação do Nordeste, na elaboração da Exposição de Motivos que define os recursos para irrigação no Vale do São Francisco, aplicados em 1975 pela CODEVASF, e o esquema de fontes e usos de fundos para o período 1975/1979.

Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília: Criação do Grupo Especial de Acompanhamento e Avaliação; definição de sistemática de coordenação e acompanhamento; elaboração de proposta de reorientação de objetivos; elaboração da programação financeira; elaboração de relatórios de acompanhamento.

Projeto Aripuanã: elaboração, juntamente com a SUDECO, do relatório de atividades de 1974 e da programação para 1975-1977; revisão do relatório do levantamento de recursos vegetais e de solos na área-programa de Aripuanã, a ser editado pelo IPEA. Este projeto passou a ser parte integrante do POLAMAZÔNIA, atribuindo-se ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq a responsabilidade pela implantação do Núcleo de Humboldt, do Centro de Tecnologia de Madeira e do Programa de Pesquisa.

Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal: elaboração dos subprogramas de pesquisa agropecuária, assistência técnica e crédito rural, malha rodoviária, saneamento ambiental, oportunidades e promoção industrial e melhoria da navegação fluvial.

Outros Programas de Desenvolvimento Regional: entendimentos com diversos órgãos visando ao acompanhamento dos Projetos e Programas do Litoral Sul de Santa Catarina, Lagoa Mirim, Suldoeste-I, Prodemata, Provárzea e Jequitinhonha, entre outros; elaboração de minuta de exposição de motivos e revisão da estratégia do Combate à Erosão - Programa Noroeste do Paraná; acompanhamento das atividades do Grupo Executivo de Recuperação do Estado do Espírito Santo-GERES e do Conselho de Curadores da Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional - FUNEFOR - Rio de Janeiro; elaboração do Programa de Turismo para o Nordeste, contemplando diretrizes e projetos turísticos de implementação imediata; reinício dos estudos para o desenvolvimento do Centro de Promoções do Nordeste.

Outros Programas de Desenvolvimento de Agroindústrias: articulação com a Carteira de Crédito Industrial do Banco Central objetivando congregar as diversas instituições públicas

que desenvolvem programas agroindustriais; acompanhamento das atividades do Banco Central (Projeto de Agroindústria do Programade Corredores de Exportação) e dos Governos Estaduais do Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Ceará; articulação e acompanhamento das atividades da SUDAM e da SUDESUL na área da agroindústria.

Indicadores Sociais: elaboração sistemática do conjunto de informações, de curto e médio prazos, necessárias ao acompanhamento dos resultados da atuação governamental na área social e à medição das variações do nível geral de bem-estar da população.

Programação de atividades do Ministério do Trabalho: colaboração nos estudos para a formulação de um Programa de Trabalho.

Plano Básico de Ação Sanitária para a Amazônia: elaboração dos estudos básicos e da minuta de Exposição de Motivos:

Programa Nacional de Alimentação e Nutrição: elaboração dos estudos básicos e da minuta de Exposição de Motivos.

Programa de Acompanhamento dos PNDs: análise do desempenho da economia e avaliação da execução de programas e projetos prioritários, com base nas informações fornecidas pelos órgãos ministeriais relativas ao período 1972-1974 (I PND) e 1º semestre de 1975 (II PND).

Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano: formulação do programa e elaboração de minuta de Exposição de Motivos, explicitando objetivos, áreas de intervenção (Regiões Metropolitanas do Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre) e recursos necessários; proposição de engajamento do BNH ao programa.

Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas: participação na formulação das diretrizes do programa nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; colaboração na avaliação do programa.

Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos: participação nos estudos e pesquisas necessários à formulação do programa; elaboração de minutas de Exposição de Motivos, de decreto de criação e da programação financeira.

Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano -FNDU: realização de estudos e pesquisas necessários à formulação do programa; elaboração de minutas de Exposição de Motivos, de decreto de criação e da programação financeira; elaboração de proposta para sistemática de operação e ajustamento ao Sistema Nacional de Fundos de Desenvolvimento Urbano (SFDU).

Macro-Eixo Rio de Janeiro - São Paulo: realização do estudo básico e elaboração de minuta de Exposição de Motivos.

Exploração de Recursos Minerais em Áreas Urbanas: preparação dos documentos preliminares para constituição de um grupo de trabalho interministerial (Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana - CNPU/Ministério das Minas e Energia /Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM) para elaborar o programa.

Programa Nacional de Papel e Celulose: participação na avaliação dos projetos estaduais de implantação dos Distritos Florestais.

Programa Nacional do Alcool: participação na elaboração do programa.

Programa Especial do Norte Fluminense: elaboração de minuta de programação para o período 1975-1978.

Outros Programas de Desenvolvimento Urbano: participação na formulação do Programa Nacional de Capacitação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Urbano e do Programa Nacional de Treinamento de Executivos Municipais.

I N O R

INSTITUTO DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

O ano de 1975, na área da programação orçamentária do Governo Federal, foi marcado pela criação, na estrutura organizacional do IPEA, do Instituto de Programação e Orçamento-INOR, com a finalidade de auxiliar a Secretaria de Planejamento da Presidência da República na articulação entre a programação do Governo e os orçamentos anuais e plurianuais, bem como programar, dirigir, orientar e coordenar as atividades orçamentárias a cargo do IPEA.

Neste sentido foram desenvolvidos esforços tendentes, fundamentalmente, para os seguintes objetivos:

- . introduzir elementos programáticos de fins e meios;
- . programar os efeitos derivados tanto do financiamento como da despesa e compatibilizá-los com as políticas de médio prazo;
- . possibilitar a análise e avaliação da eficiência e eficácia da administração no uso dos recursos públicos.

Principais atividades da SOF/INOR em 1975

. Coordenação da pesquisa sobre "Transferência de Técnicas Orçamentárias para América do Sul - Caso Brasil" elaborada por técnicos do INOR, da Secretaria da Receita Federal, da Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, do Banco Central do Brasil, Associação Brasileira de Orçamento Público e Banco do Brasil;

. Preparação de um anteprojeto de Lei para modificação da Lei 4.320/64 que estatui Normas de Direito Financeiro para elaboração de Orçamento e Balanços da União, Estados e Municípios, atualmente em exame na COCITEF;

. Colaboração com a SEPLAN para Implantação do Sistema de Acompanhamento e Avaliação de Resultados das ações governamentais;

. Formulação de recomendações técnicas relativas direta e indiretamente à matéria orçamentária visando o aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento e Orçamento;

. Realização do II Seminário sobre Orçamento Público em Fortaleza-CE;

. Participação no V Seminário Interamericano de Orçamento Público realizado em Quito-Ecuador;

. Participação em grupos de trabalhos da Comissão de Implementação de Técnicas Financeiras - COCITEF;

. Preparação de documentos metodológicos e informativos sobre o campo especializado da SOF/INOR;

. Estudos para fixação de parâmetros básicos para elaboração das propostas orçamentárias;

. Elaboração de formulários e instruções para a Proposta Orçamentária;

. Análise e compatibilização das propostas setoriais e elaboração do projeto de Lei Orçamentária;

. Análise e pareceres conclusivos sobre abertura de créditos adicionais ao Orçamento da União;

. Acompanhamento sistemático dos dispêndios com pessoal;

. Análise e emissão de pareceres relativos a implantação do Plano de Classificação de Cargos, no tocante ao aspecto orçamentário;

. Atualização do cadastro descritivo dos projetos e atividades constantes do Orçamento da União;

. Assistência técnica a Estados e Municípios, di

retamente ou através da realização de cursos de treinamento sobre Orçamento Público, aos seguintes Estados; Rio de Janeiro, Mato Grosso, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Sta. Catarina e Sergipe; (em alguns Estados os cursos foram solicitados pela SAREM);

Em colaboração com o CENDEC e o Ministério da Agricultura foram desenvolvidos cursos de Programação Orçamentária, Programação do Setor Público e Planejamento Operativo do Setor Agrícola;

Visando o processamento eletrônico dos Orçamentos Estaduais a SOF/INOR prestou assistência técnica aos Estados de Sergipe, R.G. do Norte, Maranhão, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo, e Sta. Catarina; (em alguns Estados os cursos foram solicitados pela SAREM);

. O INOR, com a finalidade de preparar um modelo de aplicação da Classificação Funcional Programática a nível municipal, prestou assistência ao Município de Cristalina - GO na elaboração de seu orçamento para 1976;

. Atualização através de Portaria SOF nº 04 de 12 de março de 1975, de esquema de Classificação Funcional Programática como consequência das conclusões e recomendações do I Seminário sobre Orçamento Público, realizado em Araxá em dezembro de 1974.

. Análise e aprovação dos orçamentos da Administração indireta;



C E N D E C

CENTRO DE TREINAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO

No exercício de 1975, o CENDEC realizou os seguintes cursos:

IV CURSO DE ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS

Este curso, de âmbito nacional, teve como objetivo proporcionar treinamento a técnicos de nível universitário que atuam em órgãos públicos e exercem funções de decisão ou de assessoramento para elaboração ou aprovação de projetos.

No referido curso foram treinados 44 técnicos dos diversos Ministérios, Estados e Empresas do Setor Público.

I CURSO DE PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Este curso constituiu o marco inicial de um programa permanente de promoção e realização conjunta, estabelecido entre o Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA - órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, através deste Centro e a Organização das Nações Unidas - ONU, através do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social ILPES, da Comissão Econômica para a América Latina, e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

O objetivo principal deste curso foi proporcionar treinamento a técnicos de nível universitário que atuam em órgãos públicos e exercem funções de decisão e/ou assessoramento para a formulação de políticas e planos regionais.





Foram treinados 36 técnicos dos diversos Ministérios, Estados e Empresas do Setor Público.

#### PROGRAMA CONJUNTO CENDEC/IDE

Iniciado em 1973, com o Instituto de Desenvolvimento Econômico (IDE), do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), um programa conjunto de treinamento, de âmbito latino-americano, na área de identificação, preparação, análise, financiamento, implantação e avaliação de projetos setoriais, considerados prioritários pelo Governo Brasileiro.

Dentro desse programa, já foram realizados os seguintes cursos: Projetos de Transportes, em 1973; Programas e Projetos de Educação e Execução de Projetos Educacionais, em 1974; Projetos Agropecuários e Projetos Agroindustriais, em 1975.


#### CURSO REGIONAL LATINO-AMERICANO DE PROJETOS AGROPECUÁRIOS

O objetivo central do curso consistiu no estudo de investimento no setor agropecuário e tratou, como temas básicos, da identificação, concepção, análise econômica e financeira, implantação e avaliação de projetos.

O curso treinou 13 técnicos latino-americanos e 14 brasileiros, oriundos dos diversos Ministérios, Estados e Empresas do Setor Público.

#### CURSO REGIONAL LATINO-AMERICANO DE PROJETOS AGROINDUSTRIAIS

O curso tratou dos problemas institucionais e de política econômica que afetam todo o processo agroindustrial e, evidenciou, finalmente cada uma das três dimensões críticas dos projetos agroindustriais, a saber: o fornecimento de matéria-prí



ma, a sua elaboração e instalação e a comercialização do produto final.

Deu-se ênfase, ainda, ao estudo da viabilidade econômico-financeira de projetos agro-industriais e de seu impacto sobre o meio social, em consonância com as metas e os objetivos de desenvolvimento agroindustrial.

O referido curso treinou 16 participantes latino-americanos, 1 africano e 16 candidatos brasileiros dos diversos Ministérios, Estados e Empresas do Setor Público.

#### III, IV E V CURSOS DE PLANEJAMENTO A NÍVEL ESTADUAL

O CENDEC iniciou, em 1972, e vem repetindo com sucesso, anualmente, cursos de treinamento para técnicos dos Sistemas Estaduais de Planejamento.

Estes cursos treinaram um total de 83 técnicos e, realizados dentro de uma orientação regional, atenderam 12 Estados, a saber:

- III Curso de Planejamento a Nível Estadual-Rio de Janeiro (fusão);
- IV Curso de Planejamento a Nível Estadual - Belo Horizonte - (Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo e Distrito Federal).
- V Curso de Planejamento a Nível Estadual - (Salvador Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia)

#### I CICLO DE TREINAMENTO DE ESPECIALISTAS EM PROMOÇÃO COMERCIAL

Através de convênio firmado com o Ministério das

Relações Exteriores, foi iniciado o I Ciclo de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial - CITRE, em 03 de novembro de 1975 e será concluído em 1976.

O CITRE destina-se a treinar e especializar pessoal de nível superior em atividades de promoção comercial do Brasil no exterior, visando ao seu aproveitamento posterior em empresas e instituições públicas e privadas, voltadas para a exportação.

#### OUTRAS ATIVIDADES

Ao lado de seu programa de cursos, o CENDEC prestou cooperação técnica a diversas Instituições, organizando, assessorando e participando em cursos. Também se fez presente em várias conferências, encontros e seminários.

#### COOPERAÇÃO TÉCNICA

- Universidade de Brasília - Departamento de Economia;
- Universidade Federal do Pará - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos;
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste SUDENE;
- Governo do Estado da Bahia;
- Governo do Estado do Paraná;
- Governo do Estado do Rio Grande do Norte;
- Governo do Estado de Sergipe.

#### SEMINÁRIOS E ENCONTROS

- Seminários sobre Necessidades, Formação e Treinamento de Nível Superior para o Setor Público:
  - Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia - Salvador, Bahia;

- Reunião com os Secretários de Planejamento dos Estados - Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios - SAREM - Diversos Estados;
- Reunião Anual da Associação Brasileira de Escolas Médicas - Salvador, Bahia;
- 1.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Meio-Ambiente - Cubatão, SP;
- Seminário sobre Ensino de Economia - Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia - Garanhuns, Pernambuco;
- Seminários realizados pela Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios - SAREM Diversas Regiões.



A R H

ASSESSORIA DE RECURSOS HUMANOS

O ano de 1975 não foi, para a ARH, um ano destinado ao atingimento de grandes metas. Pode-se dizer que ele se constituiu numa nova arrancada, a partir de mudanças, redefinições, e de uma programação preliminar que levasse a uma atuação, em 1976, baseada em levantamentos, pesquisas e experiências básicas. As diretrizes do trabalho da ARH seguiram o espírito do II PND, preocupando-se em atuar no sentido de planejar e executar atividades que promovessem a maior eficácia dos técnicos de planejamento. Os dados básicos já foram analisados e a partir deles já estabelecidas duas importantes metas a serem atingidas a curto prazo: a assistência técnica setorial e o desenvolvimento gerencial. As atividades implementadas neste primeiro ano da nova ARH terão, também, continuidade sempre reformuladas e enriquecidas a partir dos conhecimentos cada vez mais aprofundados da realidade da administração pública brasileira.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Recrutamento

Visando atender às necessidades de pessoal para o IPEA, discriminamos como principais fontes de atração e/ou identificação de candidatos:

- arquivo de reserva - candidatos recrutados e ainda não aproveitados.
- recrutamento direto através de periódicos e/ou escolas
- indicação do próprio órgão

. Seleção Psicológica de Pessoal de Nível Superior

De março a dezembro/75, a ARH atendeu a 100% das solicitações feitas pelas unidades da SEPLAN e do IPEA, num total de 189 candidatos.

. Seleção Psicológica de Pessoal Administrativo

No mês de setembro, a ARH estendeu o processo de seleção psicológica aos Grupos Ocupacionais II, III e IV, sendo os laudos elaborados e encaminhados à Seção de Recrutamento, Seleção e Treinamento do IPEA. Nestes 4 meses 105 candidatos a cargos administrativos foram subme tidos a testes psicológicos.

PESQUISAS EM RECURSOS HUMANOS (Total - 9)

Pesquisas sobre admissões realizadas pelo IPEA; Programa Anual de Trabalho; Cadastro de Entidades e Programas; Cadastro de Recursos Humanos; Pesquisa de necessidades de treinamento; Pesquisa de salário do pessoal técnico; Avaliação de Desempenho do pessoal de nível superior e administrativo; Pesquisa sobre utilização de Recursos Humanos para chefias, técnicos de planejamento e pesquisa e técnicos especializados da SEPLAN e do IPEA; Pequisa de validade do processo de seleção para pessoal de nível superior.

DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - TREINAMENTO (Total-31)

. Treinamentos Internos .

Curso de Administração por Objetivos (2); Seminário de Desenvolvimento Organizacional (2); Treinamento em Comunicações (3); Curso Intensivo de Liderança de Reu-

niões (4); Curso de Metodologia de Pesquisa; Curso de Planejamento Visual e Tecnologia Gráfica; Ciclo de Palestras sobre Estrutura e Funcionamento da SEPLAN e do IPEA.

#### Treinamentos Externos

Seminário de Liderança Situacional; Seminário Nacional de Recursos Humanos; Curso de Administração de Material; Curso de Coordenadores e Administradores de Treinamento; Curso de Desenvolvimento Organizacional; IX Programa de Política e Estratégia Empresarial para Altos Executivos; Curso de Avaliação de Desempenho; Congresso Nacional de Processamento de Dados; Curso de Análise Econômico-Financeira; Seminário Nacional de Psicologia aplicada à Organização; Como melhorar os Resultados da Empresa; Curso de Planejamento, Programação e Orçamento; Curso de Legislação Tributária; Curso de Engenharia Econômica; II Seminário Nacional sobre Orçamento Público; Seminário de Desenvolvimento de Administradores; Curso de Análise Transaccional.

#### DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (Total - 3)

Assessoria na área comportamental, para elaboração de projetos de assistência técnica de convênios a serem firmados pela SEMOR; Relacionamento Humano na Organização; 1º Encontro de Técnicos e Executivos do IPLAN/CPR.

#### PUBLICAÇÕES (Total - 4)

Programa Anual de Trabalho; Pesquisa sobre admissões realizadas pelo IPEA; Boletim Informativo da ARH; Administração por Objetivos.

#### PROJETOS ESPECIAIS (Total - 6)

Elaboração de Guia para projeto de Aperfeiçoamento

do Sistema EMBRATER; Manual de Cargos e Salários; Aula demonstrativa do Curso Ilvem; Palestra sobre Administração por Objetivos; Catálogo de Informações sobre Estrutura e Funcionamento da SEPLAN e do IPEA; Atividades internas voltadas para aperfeiçoamento da própria organização do trabalho.





S E

SERVIÇO EDITORIAL

O Serviço Editorial diretamente subordinado ao Gabinete do IPEA, continuou em 1975 a desenvolver a sua atividade, iniciada em junho de 1971, de divulgador das pesquisas e estudos realizados na área de planejamento econômico.

Assim, têm ampliadas as relações de mala direta, onde já estão catalogados 15.700 economistas e professores universitários, 5 000 grandes empresas e estabelecimentos financeiros, 125 bibliotecas, 49 centros de estudos e institutos de pesquisas e 53 universidades e faculdades de economia, administração e agronomia em todo o país. No exterior são constatados 489 centros de estudos e institutos de pesquisas, 484 escolas superiores e 78 bibliotecas.

O trabalho de divulgação empreendido permitiu ao Serviço Editorial vender, no período que vai de junho de 1971 a dezembro de 1975, um total de 76.084 livros que, somados aos 40.619 volumes doados a técnicos, bibliotecas e instituições, perfazem um total de 116.703 exemplares difundidos.

Ainda dentro do seu programa de divulgação, o Serviço Editorial promoveu a exposição dos livros do IPEA em amostra realizada em Garanhuns durante seminário patrocinado pelo CEDEPLAR e nas Feiras do Livro de Frankfurt, Londres, Madrid e Belgrado.

A atividade editorial, contudo, não se tem limitada apenas aos livros comercializáveis - 77 títulos. Somando os livros dessa categoria editados em 1975 aos diversos outros serviços realizados para o IPEA, o Serviço Editorial publicou 28 trabalhos (considerando como apenas 1 os 12 números do Boletim Informativo). Para a Secretaria de Planejamento, mais especificamente para o Gabinete do Ministro, foram feitos 32 outros.

Para a complementação dessas tarefas foram efetuadas 525 traduções e 37.060 revisões de texto e de provas tipográficas. O número de impressões feitas no próprio Serviço Editorial se elevou, em 1975, a 1.181.654.

No campo de treinamento e especialização de servidores o Serviço Editorial, sob o patrocínio da Assessoria de Recursos Humanos, promoveu um curso de Planejamento Visual e Tecnologia Gráfica, ministrado por professores do Centro de Formação Profissional de Artes Gráficas do SENAI e do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, de 27 de outubro a 12 de dezembro, de que participaram também funcionários da Coordenação Gráfica da SEPLAN.

RESUMO DO MOVIMENTO COMERCIAL

	1971 a 1974	1975
Livros vendidos <sup>(1)</sup>	55.884	20.200
Livros em consignação	78.147	20.771
Vendas em cruzeiros <sup>(2)</sup>	478.811,04	287.776,80
Número de assinantes da revista	-	218
Distribuidores e Livrarias	139	139
Promoções por Mala Direta	43.635	40.146
Catálogos p/livrarias	12.784	13.863
Entidades ou pessoas catalogadas para Mala Direta: no Brasil	12.557	20.927
no Exterior	631	1.051
DOAÇÕES EFETUADAS	35.116	5.503

NOTA: (1) - Inclui 29 Relatórios de Pesquisa, 21 Monografias, 12 Estudos para o Planejamento, 13 números de Pesquisa e Planejamento Econômico, 1 de Brazilian Economic Studies e 1 de Pensamento Econômico Brasileiro.

(2) - Já deduzidas as comissões de livreiros.

D.A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Transferido definitivamente para Brasília no mês de abril, o Departamento de Administração teve que desenvolver um intenso trabalho de adequação de novos métodos e de adestramento de pessoal, quase todo ele recrutado na nova Capital.

Levando-se em conta as dificuldades encontradas na sua implantação em Brasília e, ainda, o crescimento vertiginoso do IPEA no exercício, pode-se afirmar que o seu desempenho atendeu às reais necessidades, principalmente as das áreas técnicas, muito em bora não tenha sido, em verdade, de maneira plena.

Para o próximo exercício pretende-se introduzir novos métodos, principalmente nas áreas de Contabilidade e de Administração Financeira. A Divisão de Processamento de Dados deverá ser reequipada com um sistema eletrônico de maior capacidade do que o atual. Com isso, poder-se-á obter maior produtividade dos serviços e melhor controle na execução das diversas atividades executadas pelo IPEA.

Dadas às dificuldades encontradas no recrutamento de pessoal de nível adequado às tarefas típicas do DA, o Serviço de Recrutamento, Seleção e Treinamento vem desenvolvendo intenso trabalho de treinamento do pessoal com estreita colaboração da ARH.

A Diretoria-Adjunta do Rio de Janeiro não tendo tido solução de continuidade, conseguiu manter o seu padrão de atendimento aos órgãos sediados naquela cidade e, ainda, colaborou decisivamente com o DA em Brasília, não só no período agudo da implantação, como em todo o transcorrer do ano de 1975.



GESTÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

Exercício de 1975

FONTES

<b>A - RECURSOS DA UNIÃO</b>			
- Recursos Orçamentários	51.510.100		
- Recursos Vinculados a Projetos Especiais	124.487.400	175.997.500	
<b>B - RECURSOS PRÓPRIOS</b>			
- Saldo de Exercícios Anteriores			
01 - Próprios	11.712.824		
02 - Vinculados a Contratos e Convênios	21.413.165		
- Recursos Operacionais, Alienação de Bens Móveis e Outros	350.132	33.476.121	
<b>C - RECURSOS PROVENIENTES DE OUTRAS ENTIDADES</b>			
- Convênio INAN	4.000.000		
- Convênio FIPE/MINIST.TRABALHO	1.116.514		
- Convênio ITAMARATY	1.061.811	6.178.325	
<b>T O T A L</b>			<b>215.651.946</b>

APLICAÇÕES

<b>A - DESPESAS CORRENTES</b>			
- Despesas Vinculadas a Projetos Especiais	89.892.120		
- Projeto sobre Complexos Industriais	3.398.351		
- Outras Despesas Correntes	51.949.748	145.240.219	
<b>B - DESPESAS DE CAPITAL</b>			
- Consolidação de Transferência para Brasileira	58.950		
- Outras Despesas de Capital	4.658.368	4.717.318	
<b>C - TRANSFERÊNCIA PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>			
- Saldo do Exercício Financeiro	65.694.408	65.694.408	
<b>T O T A L</b>			<b>215.651.946</b>